

Conceição Tavares considera necessários mais investimentos

por Francisca Stella Fagá
de São Paulo

A economia brasileira de fato volta aos trilhos com o pacote econômico divulgado quinta-feira, reconheceu a economista Maria da Conceição Tavares, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Unicamp, que identifica nas medidas propostas ao Congresso Nacional as condições necessárias para o crescimento, a queda da taxa de juros e a liquidez.

Esses efeitos previstos levaram a economista a fazer uma recomendação a cerca de cem empresários que participaram sexta-feira do seminário "Como planejar melhor 86", promovido por este jornal: "Podem investir".

Nos dois últimos anos, segundo Conceição Tavares, não era possível planejar nem mesmo o futuro próximo. Divulgado o pacote, ela está convencida de que os empresários já devem começar a se preocupar em planejar não apenas 1986 mas também os três próximos anos. E devem programar investimentos, porque, com o crescimento, a concorrência acirra-se, adverte.

"Hoje tive minha primeira alegria com a Nova República", anunciou, referindo-se ao pacote. O governo, segundo ela, elegueu uma medida corajosa ao propor o aumento da taxa do mercado financeiro. O efeito dessa medida, prevê, será desacelerar o ritmo de aumento do déficit público e, em consequência, aliviar as pressões sobre o setor privado, especialmente a taxa de juros.

Além disso, a tributação dos títulos do mercado financeiro instaura um princípio de justiça fiscal, em que os investidores desses papéis pagam pelo menos o que pagam de imposto de Renda os assalariados das faixas mais elevadas de renda. Até agora pagam menos, qualquer que seja o volume de papéis.

Os juros, pondera, estiveram tão altos que só o governo tomava empréstimos bancários e o setor financeiro privado vivia à custa do déficit público. Refreada, com a tributação prevista no pacote, a especulação financeira, os juros tenderão a cair, estimulando o investimento e reduzindo o déficit público, prevê.

Para o planejamento de 1986, segundo a economista, os empresários deverão contar com o aumento de seus custos básicos, como energia elétrica e derivados de petróleo. O ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, segundo ela, fez aumentar o déficit público em Cr\$ 45 trilhões durante os três meses em que congelou as tarifas. Isso não deverá mais acontecer. Mas esse aumento de custos não deve preocupar os empresários, porque se diluirão com os ganhos advindos do crescimento da economia, afirma.

Com o crescimento, superávit comercial e liqui-

dez, pondera, os empresários poderão trabalhar sem pressões da dívida interna e externa. Com o País crescendo, não haverá fuga de capitais de risco, prevê. Inicialmente, os empresários poderão financiar os investimentos com seus próprios lucros. Poderão, em um segundo momento, contar com empréstimos bancários a taxas de juros mais baixas e com capital de risco. É possível já planejar um "mix" entre essas alternativas. Não há, segundo ela, hipótese possível para a fuga de capitais. "Para onde?", pergunta.

CHOQUE

Conceição Tavares não acredita no sucesso de medidas de choque para combater a inflação, como propôs durante o seminário o economista Francisco Lafaiete Lopes, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio, um dos inspiradores das medidas econômicas adotadas pela Argentina no combate à inflação.

Lopes pressupõe que a inflação decorre de um fenômeno de inércia que leva todos os agentes da economia a aumentarem os preços. Como solução para quebrar essa cadeia, propõe medidas drásticas de congelamento de preços e criação de uma nova moeda para equalizá-los. A redução da inflação argentina de 30% ao mês para 2%,

segundo ele, é indicação de que a estratégia é eficiente no combate à inflação.

Conceição Tavares acredita que medidas drásticas somente podem ser cogitadas em situações drásticas. No caso argentino justificaram-se em razão de uma recessão que se prolongou por quinze anos e uma inflação que chegou a patamares elevadíssimos. O sucesso da estratégia, porém, é relativo, na sua opinião. As taxas de juros a 3% estão muito elevadas, não há um sistema financeiro estruturado para dar suporte ao crescimento e a indústria está em estágio menos avançado que a indústria brasileira.

No Brasil, segundo a economista, não existem condições semelhantes. Não há razão para medidas drásticas. O sistema financeiro está bem estruturado, a indústria equipada para enfrentar o crescimento, e a inflação é suportável.

Como medida de emergência, segundo a economista, o pacote é perfeito, exceto por não ter incluído uma lei salarial capaz de ao menos permitir que o salário mínimo garanta uma cesta básica. Se a lei permitisse que o salário base subisse em valores nominais, calcula, haveria o crescimento de 1% do PIB, o que seria suficiente para dobrar o salário real da base inteira.